

**REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI (RMC): UM OLHAR PARA A SELEÇÃO DO  
MIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO\***

**João Gomes da Silva**

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e  
Pesquisador do Observatório das Migrações no Estado do Ceará  
E-mail: joaoeconomia@ymail.com

**Silvana Nunes de Queiroz**

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e  
Coordenadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará  
E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a identificar a seletividade dos inseridos no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Cariri (RMC), a partir de três categorias de análise: imigrante de retorno, imigrante não natural e não migrante. Ademais, foi traçado e comparado o perfil dos grupos populacionais em análise, através de características diretamente observáveis (sociodemográficas, ocupacionais e de rendimento). Os microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 são a principal fonte de informações. O banco de dados foi extraído no programa SPSS e trabalhado em planilhas do Excel, as quais foram convertidas em tabelas e gráficos. Os principais resultados apontam que os migrantes retornados apresentam seleção positiva em relação aos não migrantes da RMC, ao possuírem melhor nível educacional e auferirem os maiores rendimentos, mas em comparação ao imigrante não natural, a seleção é negativa.

**Palavras-Chave:** Migração; Seletividade; Trabalho; RMC.

**Classificação JEL:** J61.

**ABSTRACT:** This study aims to identify the selectivity of the inserted people in the labor market in the Metropolitan Region of Cariri (MRC) from three categories of analysis: Returned immigrant, unnatural immigrant and non-migrant. Furthermore, it was made and compared the profile of the population groups in question, by directly observable characteristics (demographic, occupational and income). Microdata Sample of the 2010 Population Census is the main source of information. The database was extracted using SPSS and worked on Excel spreadsheets, which were converted into tables and graphs. The main results show that the returned migrants have positive selection for non migrants from MRC, to having better education and earn the highest incomes, but compared to the unnatural immigrant selection is negative.

**Keywords:** Migration; Selectivity; Work; CRM.

**JEL Code:** J61.

## 1. Introdução

O processo de seletividade do migrante no mercado de trabalho é uma temática ainda pouco discutida no Brasil. Santos Júnior (2002), em um trabalho pioneiro, analisou migração e seletividade no Brasil, com o recorte entre migrante e não migrante. Queiroz (2010), no estudo sobre diferenciais de salários e autosseleção no Brasil, ampliou as categorias de análise para o migrante interestadual de retorno, não retornado e não migrante.

A partir disso, este estudo pretende identificar a seletividade dos migrantes inseridos no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Cariri (RMC), isto porque outras pesquisas sobre essa temática foram realizadas tanto para o Ceará (Queiroz, 2013) como para Fortaleza (Lacerda, 2005). Portanto, tem-se o propósito de complementar os estudos anteriores, ao analisar a seleção do migrante inserido no mercado de trabalho no espaço geográfico da RMC, a partir de três categorias de análise: imigrante de retorno, imigrante não natural e não migrante, possibilitando o entendimento da relação da sua dinâmica migratória com o mercado de trabalho local.

A RMC localiza-se no Sul do Ceará, distante cerca de 600 km da sua capital Fortaleza, e, em 2010, contava com uma população de 564.748 habitantes, distribuídos em nove municípios: Barbalha, Crato, Caririçu, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri (IBGE, 2011). A delimitação temporal do estudo é o ano de 2010, dado que se faz uso das informações mais recentes do Censo Demográfico.

Além dessa introdução, o estudo contempla uma segunda seção, que contextualiza estudos sobre migração e seletividade no mercado de trabalho em âmbito internacional e nacional. A terceira apresenta a metodologia adotada no trabalho, a quarta analisa a seletividade no mercado de trabalho na RMC. Por fim, a última seção destaca as conclusões do estudo.

## 2. Contextualização de estudos sobre migração e seletividade no mercado de trabalho

Esta seção contextualiza, na literatura internacional e nacional, estudos acerca da relação entre migração e seletividade no mercado de trabalho.

No estudo pioneiro sobre a seletividade dos migrantes no local de destino, Ravenstein (1885) e Lee (1966) evidenciaram que atributos como educação, experiência no mercado de trabalho e outras características são responsáveis pela seleção positiva e/ou negativa do migrante.

Através de dados censitários de 1881, para o Reino Unido, Ravenstein (1885) enfatizou as leis que regem as migrações. A princípio, destacou no estudo, para a Inglaterra, que os deslocamentos de curta distância tinham maior participação de mulheres em relação aos homens, e os de longa distância se destacam em volume a população masculina, que migrava para locais com maior dinamização econômica.

Ademais, Ravenstein (1885) averiguou que, para cada movimento realizado entre áreas/regiões, ocorreria outro deslocamento contrário de menor intensidade, havendo um elo entre o movimento migratório e o crescimento econômico. Nesse caso, o excesso de mão de obra em determinados lugares e a escassez em outros representavam o deslocamento migratório por etapa, em que os indivíduos eram impulsionados a irem para os locais que lhes proporcionassem maiores rendimentos. Quanto à seletividade, os gastos e o retorno que os migrantes esperavam obter com o seu deslocamento, os fatores intervenientes, entre o local de origem e de destino, e os atributos individuais são importantes para a seleção.

Por sua vez, para Lee (1966), a seletividade na migração acontece pelo diferencial das características pessoais dos migrantes, como também devido aos fatores intervenientes entre o local de origem e o de destino. A priori, esses deslocamentos migratórios sempre serão seletivos, sendo que os obstáculos encontrados durante o processo podem servir como selecionadores no local de destino, deixando somente os que se adaptam.

Vanderkamp (1971) mostra no estudo realizado para as províncias canadenses, a importância dos migrantes que regressam aos locais de nascimento. Conclui que a experiência do processo

migratório internacional possibilita atributos positivos aos migrantes retornados quanto à ocupação no mercado de trabalho no país de origem.

Shumway e Hall (1996), através dos microdados do Censo Demográfico de 1990 dos Estados Unidos, abordaram a seletividade dos migrantes retornados e não migrantes do México. Evidenciaram que os remigrados para o México apresentavam menores rendimentos comparados aos migrantes progressivos (indivíduos que se deslocam mais de uma vez durante toda vida), por estarem menos providos de capital humano.

Borjas e Bratsberg (1996), no estudo sobre a seletividade de migrantes retornados para os Estados Unidos, destacaram que o viés de seleção será determinado a partir das habilidades individuais, presentes no grupo de migrantes iniciais; se forem positivamente selecionados, o fluxo de retorno será realizado pelos menos qualificados, em que os indivíduos providos de melhores atributos produtivos permanecerão no local de destino; caso contrário, se os emigrantes que partiram inicialmente fossem negativamente selecionados, o regresso ocorreria pelos mais habilidosos, apresentando tendência de serem bem sucedidos no local de origem/nascimento.

Chiswick (1999) apontou evidências na literatura sobre migração internacional de que havia seleção favorável quanto aos níveis de habilidades no mercado de trabalho e diferenças salariais entre os indivíduos que emigraram em relação àqueles que nunca emigraram. Além disso, os achados mostram que a presença de atributos não observados (ambiçã, motivaçã, tenacidade etc.) faz com que os indivíduos providos de maiores habilidades realizem outras etapas migratórias, dada a possibilidade de aumento nos rendimentos.

Zhao (2001) mostra que o retorno para a China possui característica de um processo planejado, em que o migrante que regressa à região de origem é mais idoso e bem escolarizado. Assim, em geral, o retornado caracteriza-se por ser um indivíduo aposentado, que regressa para viver sua velhice junto aos familiares. Entretanto, os retornados em plena idade ativa/produtiva possuem a mesma possibilidade de inserçã ocupacional no mercado de trabalho formal quando comparados ao não migrante.

No estudo realizado para a Turquia, Dustmann e Kirchkamp (2002) enfatizaram que os fluxos migratórios de retorno para esse país decorrem da duraçã suficiente que o migrante leva no local de destino para adquirir ganhos/experiência desejada. Assim, ao retornarem, as opções são trabalhar por conta própria, não trabalhar ou trabalhar com carteira assinada. Os resultados mostraram que a maioria da populaçã remigrada se ocupa como empreendedores, apresentando seleçã favorável para os repatriados da Alemanha, e aqueles que retornam com maior grau de instruçã terão mais possibilidade de se tornarem empreendedores.

Coulon e Piracha (2003) analisaram a diferençã salarial dos migrantes na Albânia, levando em consideraçã os indivíduos que emigraram desse país com os que permaneceram. Averiguaram que havia seleçã negativa dos retornados com relaçã aos não migrantes. Ademais, concluem que a seletividade quanto ao rendimento se dá pelas habilidades individuais entre retornados e não migrantes. Entretanto, os indivíduos que regressam tendem a se ocupar como autônomos, podendo auferir maior rendimento em relaçã aos não migrantes, apresentando seleçã positiva.

Dustmann (2003) mostra, no estudo sobre o diferencial de salários entre os países europeus, a existênciã da disparidade econômica entre os locais de origem e de destino. Assim, a elevaçã da renda no país anfitrião, aumentava as chances do indivíduo permanecer no destino. A partir disso, ressaltou que o aumento de capital humano no local de destino, assim como a elevaçã do poder de compra no país de acolhimento, se caracterizava como o tempo ótimo da migraçã, proporcionando ao retornado para a Alemanha melhor inserçã ocupacional quando comparado ao país de acolhimento.

Nekby (2006) constatou que havia diferençã entre a renda dos migrantes retornados e a dos migrantes progressivos (indivíduos que praticam mais de uma etapa migratória) na Suécia. Assim, a autora conclui que os retornados eram providos de melhores rendimentos e escolaridade quando comparados aos não migrantes, mas negativamente selecionados com relaçã aos migrantes progressivos.

Por sua vez, o trabalho de Pungas *et al.* (2012) enfatiza a relação entre o nível de escolaridade e as intenções do migrante de retornar. Os autores basearam os resultados em uma análise realizada com os indivíduos provenientes da Estônia que emigravam para a Finlândia. Os achados mostraram que a tendência/intenção de regresso possui uma relação com o grau de instrução. Os migrantes que obtinham boa parte dos estudos no local de destino estavam mais propícios a retornarem, assim como aqueles que estavam inseridos em ocupações inferiores a sua formação.

Um dos primeiros estudos, na literatura brasileira, sobre migração interestadual de retorno e seletividade foi o de Scott (1995). Nele, o autor destacou que esse tipo de modalidade migratória se intensificou nas regiões brasileiras a partir da década de 1980, dada à crise econômica que assolou o país, em especial a Região Metropolitana de São Paulo. Em termos de seletividade, de um lado, foi possível constatar a seleção negativa do migrante no local de destino (RMSP) e, por outro lado, o apoio familiar e as redes de contato foram elementos importantes na atração e/ou respostas para os movimentos de retorno ocorridos em direção ao Nordeste.

A seletividade foi considerada por Souza, Brito e Carvalho (1999) como um dos principais fatores de influência dos movimentos migratórios interestaduais. Os obstáculos enfrentados pelos migrantes no local de destino ou a seletividade imposta pelo processo social e econômico faziam com que o indivíduo negativamente selecionado se sentisse pressionado a realizar outro deslocamento espacial e/ou nova etapa migratória ou retorno para o local de nascimento.

Santos Júnior (2002), no estudo realizado através da PNAD de 1999, sobre migração interestadual e seletividade no Brasil, mostra que os indivíduos que se deslocam do lugar de nascimento tendem a ganhar salários superiores aos não migrantes. Ademais, a seleção positiva da população migrante é consequência desse grupo populacional estar mais apto ao mercado de trabalho, devido às características não observáveis diretamente (tenacidade, ambição etc.) em comparação com o não migrante.

Ramalho e Moreira (2006) averiguaram, por meio de dados do Censo Demográfico 2000, o viés de seleção entre os migrantes nas regiões metropolitanas brasileiras. Os autores concluíram que o migrante retornado possui rendimento superior quando comparado aos não migrantes, apresentando seleção positiva. A explicação do diferencial de rendimento deve-se aos atributos não observáveis diretamente.

Justo e Silveira Neto (2009), através de dados censitários de 1980, 1991, 2000, evidenciaram que o indivíduo que migra é mais escolarizado e mais jovem em relação aos não migrantes. Além disso, há seleção dos migrantes no local de destino: os indivíduos procedentes das regiões Sul e Centro Oeste em direção ao Sudeste tendem a ser mais providos de capital humano no confronto com os originários do Nordeste.

Segundo Siqueira *et al.* (2011), em sua maioria, os migrantes são pessoas em idade economicamente ativa. Ademais, fazem a migração em única ou em várias etapas e apresentam maior grau de escolaridade em relação ao migrante que retorna para a sua terra natal. Assim, concluíram que quanto maior o nível de instrução do indivíduo mais elevada são as chances para tal realizar uma migração progressiva (várias etapas).

Freguglia e Procópio (2013), através do banco de dados da RAIS-Migra, constataram que, além da migração, a mudança de emprego no local de destino e/ou a mobilidade ocupacional são outros condicionantes que exerce influência sobre os rendimentos dos migrantes e não migrantes, podendo impactar na seletividade deles (positiva ou negativa) no mercado de trabalho.

A partir de informações dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, Queiroz (2013) traça e compara o perfil socioeconômico, demográfico e ocupacional de três categorias populacionais: migrante de retorno, migrante não natural e não migrante do estado do Ceará. A autora conclui que o migrante natural do Ceará, quando retorna e se insere no mercado de trabalho local, auferir rendimentos superiores aos dos não migrantes, mas inferior aos migrantes não naturais. Ademais, a chegada de retornados e não naturais positivamente selecionados (com mais anos de estudos e maior rendimento) representa um ganho para o Ceará.

A partir da contextualização de estudos internacionais e nacionais sobre a relação entre migração e seletividade, foi possível constatar que poucas pesquisas trataram dessa questão para o

estado do Ceará, e até o momento nenhuma ressaltou essa temática para a Região Metropolitana do Cariri. Diante disso, o referido trabalho procura sanar essa lacuna, ao estudar a relação entre migração e o mercado de trabalho na RMC.

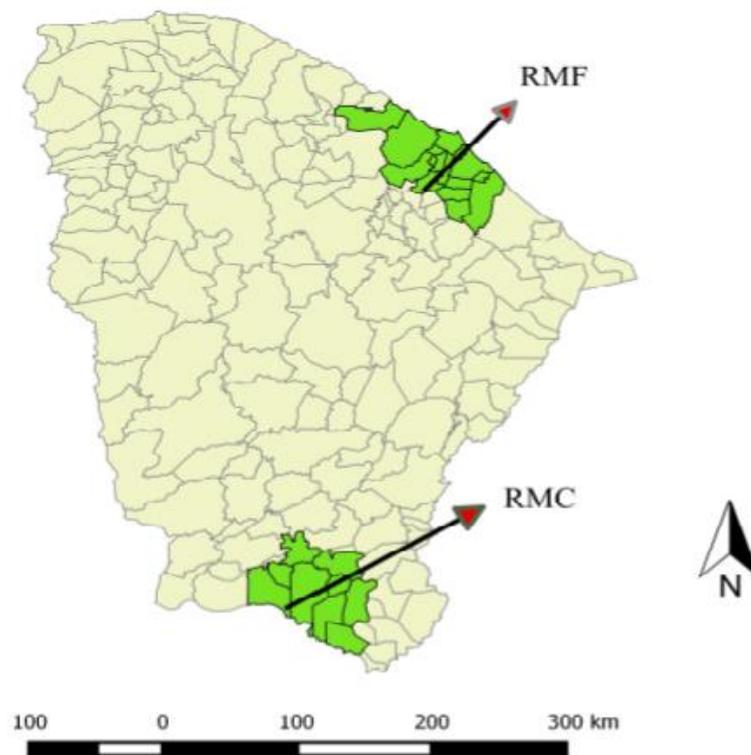
### 3. Procedimentos metodológicos

#### 3.1. Área de estudo, fonte de dados e categorias de análise

A Região Metropolitana do Cariri (RMC) foi instituída em 29 de julho de 2009, pela Lei complementar estadual nº 78/2009, Art 1º, face ao que o Art. 43 da constituição estadual rege. A sua criação teve como objetivo favorecer a organização e integração entre os nove municípios, promovendo as determinadas políticas públicas de interesse comum (CEARÁ, 2009).

Conforme a Figura 1, o estado do Ceará tem duas áreas metropolitanas: A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e a Região Metropolitana do Cariri (RMC), localizada no Sul do Ceará, cerca de 550 km de sua capital Fortaleza.

**Figura 1 – Localização e divisão política do estado do Ceará**



Fonte: Elaboração própria a partir da Malha Municipal Digital do Brasil (IBGE-2010).

A RMC se destaca por sua densidade demográfica, ao contar, em 2010, com uma população de 564.748 habitantes, distribuídos pelos nove municípios que a formam: Juazeiro do Norte (249.939), Crato (121.428), Barbalha (55.323), Missão Velha (34.274), Jardim (26.688), Cariri (26.393), Farias Brito (19.007), Santana do Cariri (17.170) e Nova Olinda (14.256). O agrupamento desses municípios possui uma localização geográfica privilegiada em relação às principais capitais nordestinas (QUEIROZ, 2003; IBGE, 2011).

A principal fonte de informações usadas neste estudo são os microdados da amostra do Censo Demográfico 2010, captados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O recorte

temporal compreende precisamente o quinquênio 2005/2010. A opção por esse ponto de partida justifica-se em função do quesito data fixa referir-se ao lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da coleta do Censo Demográfico, e a RMC ter sido criada pela lei complementar estadual nº 78, em 29 de junho de 2009.

Quanto às categorias de análise, as populações foram classificadas em três tipos:

- I) *Migrante de retorno* – indivíduo natural dos municípios que formam a Região Metropolitana do Cariri (RMC), com dez anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia na RMC e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação ou em algum município do Ceará, excluindo os da RMC.
- II) *Migrante não natural* – indivíduo não natural da RMC, com dez anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia na RMC e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação ou em outro município do Ceará, exclusive os da RMC.
- III) *Não migrante* – indivíduo natural de algum município da RMC, com dez anos ou mais de idade, que sempre morou nessa área metropolitana.

### 3.2. Variáveis selecionadas

#### 3.2.1. Perfil

As variáveis selecionadas na caracterização do perfil sociodemográfico foram sexo: masculino e feminino; idade: i) 10 a 14 anos, ii) 15 a 24 anos, iii) 25 a 39 anos, iv) 40 a 49 anos, v) 50 a 59 anos e vi) 60 anos ou mais; nível de instrução: i) sem instrução e fundamental incompleto; ii) fundamental completo e médio incompleto; iii) médio completo e superior incompleto; iv) superior completo; e raça/cor: i) branca; ii) preta; iii) amarela; iv) parda; e v) indígena; estado civil: i) solteiro(a), ii) casado(a), iii) desquitado(a)/divorciado(a)/separado(a), iv) viúvo(a); filho(a)s: i) sem filho(a)s; e ii) com filho(a)s.

Segundo Graham e Holanda Filho (1980), Coulon e Piracha (2003), Riosmena e Massey (2004) e Vadean e Piracha (2009), esses atributos interferem na inserção ocupacional e, conseqüentemente, sobre os rendimentos, atuando como componente de seletividade entre os migrantes (retornados e não naturais) e não migrantes.

#### 3.2.2. Trabalho

Abaixo apresentamos algumas definições e indicadores adotados no estudo.

População em Idade Ativa (PIA) – pessoas com 10 anos ou mais de idade no período de referência. A PIA é composta pela População Economicamente Ativa (PEA) e pela População Não Economicamente Ativa (PNEA).

$$PIA = PEA + PNEA \quad (1)$$

Considerou-se como População Economicamente Ativa a população com 10 anos ou mais de idade, ocupada com remuneração e a ocupada sem remuneração que trabalhou menos de 15 horas por semana e aqueles que produziram para autoconsumo, mais as pessoas desempregadas que procuraram emprego num período de referência. (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). A PEA inclui, portanto, a População Ocupada (PO) e a População Desempregada (PD).

$$PEA = PO + PD \quad (2)$$

A partir das definições de PIA e PEA é possível calcularmos a Taxa de Participação.

Taxa de Participação – calculada pela razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Esse indicador representa a oferta de trabalho das pessoas com 10 anos ou mais de idade, incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

$$\text{Taxa de Participação} = \text{PEA/PIA} * 100 \quad (3)$$

A partir da PEA, definiram-se como População Ocupada (PO) aqueles com 10 anos ou mais de idade ocupados com remuneração e os ocupados sem remuneração que trabalharam 15 horas ou mais por semana e aqueles que produziram para autoconsumo.

A Taxa de Ocupação foi calculada pela razão entre a População Ocupada (PO) e a População Economicamente Ativa (PEA).

$$\text{Taxa de Ocupação} = \text{PO/PEA} * 100 \quad (4)$$

Consideraram-se como População Desempregada (PD) aqueles com 10 anos ou mais de idade que declararam estar desempregados, mas procuraram emprego num período de referência (30 dias). A Taxa de Desemprego é calculada pela razão entre a População Desempregada (PD) e a População Economicamente Ativa (PEA).

$$\text{Taxa de Desemprego} = \text{PD/PEA} * 100 \quad (5)$$

Conforme o Censo Demográfico 2010, a posição ocupação foi desagregada em sete categorias/classes, conforme segue: i) empregados com carteira de trabalho assinada; ii) militares e funcionários públicos estatutários; iii) empregados sem carteira de trabalho assinada; iv) conta própria; v) empregadores; vi) não remunerados; e vii) trabalhadores na produção para o próprio consumo.

A taxa de formalidade e a taxa de informalidade são outros indicadores que serão analisados, sendo estimados e definidos da forma abaixo.

Taxa de Formalidade – calculada pela razão entre os trabalhadores formais (empregados com carteira assinada mais os militares e os funcionários públicos estatutários) sobre o total da População Ocupada (PO).

$$\text{Taxa de Formalidade} = \text{Trabalhadores Formais/PO} * 100 \quad (6)$$

Taxa de Informalidade – calculada pela razão entre os trabalhadores informais (empregados sem carteira assinada mais os trabalhadores por conta própria) sobre o total da População Ocupada (PO).

$$\text{Taxa de Informalidade} = \text{Trabalhadores Informais/PO} * 100 \quad (7)$$

Com relação à classificação da atividade econômica, dividiremos em nove grandes setores descritos a seguir: i) agropecuária, silvicultura e pesca; ii) indústria extrativa; iii) indústria de transformação; iv) indústria da construção; v) serviços industriais de utilidade pública; vi) comércio; vii) serviços; viii) administração pública; e ix) atividades mal definidas. Por sua vez, as horas trabalhadas por semana foram divididas em três grupos: i) menos de 15h; ii) de 15 até 39h; e iii) 40h ou mais.

### 3.2.3. Rendimento

Neste estudo, optamos por trabalhar com o rendimento bruto mensal no trabalho principal, em salário mínimo. Os mesmos serão classificados em cinco faixas salariais: i) até 1 S.M.; ii) mais de 1 a 2 S.M.; iii) mais de 2 a 5 S.M.; iv) mais de 5 a 10 S.M.; e v) acima de 10 S.M. Não serão considerados os “sem declaração” e os “sem rendimentos”.

## 4. Seletividade no mercado de trabalho na RMC

### 4.1. Atributos sociodemográficos<sup>1</sup>

Esta subseção analisa e compara o perfil sociodemográfico (atributos observáveis diretamente) do imigrante de retorno em relação ao imigrante não natural e ao não migrante, inserido no mercado de trabalho na RMC. Entretanto, inicialmente será mostrado o volume de imigrantes (retornados e não naturais) que se dirigiram para a RMC, no interregno 2005/2010, bem como o contingente populacional daqueles que nunca emigraram dessa área metropolitana.

Em 2010, a RMC contava com uma população de 599.547 habitantes, representando 7,09% da população do estado do Ceará. Na RMC, chama atenção o triângulo CRAJUBAR (Crato, Juazeiro e Barbalha), que concentra 71,16% (426.690) do total dos residentes (Tabela 1).

**Tabela 1 – Imigrante de retorno, imigrante não natural, não migrante e população residente, segundo municípios da RMC - 2005/2010**

Municípios da RMC	Imigrante de Retorno		Imigrante Não Natural		Não migrante		População total	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Barbalha	1.034	6,81	725	4,78	36.542	64,41	56.732	9,46
Caririaçu	568	3,74	357	2,35	18.432	68,83	26.778	4,47
Crato	1.497	9,86	2.081	13,71	83.079	66,28	125.343	20,91
Farias Brito	86	0,57	74	0,49	14.229	73,42	19.380	3,23
Jardim	380	2,5	387	2,55	22.657	84,23	26.898	4,49
Juazeiro do Norte	2.217	14,6	4.537	29,88	145.305	57,65	252.034	42,04
Missão Velha	335	2,21	156	1,03	25.618	74,25	34.504	5,76
Nova Olinda	131	0,86	162	1,07	8.819	59,43	14.839	2,48
Santana do Cariri	320	2,11	136	0,9	33.535	77,92	43.039	7,18
<b>RMC</b>	<b>6.568</b>	<b>43,26</b>	<b>8.615</b>	<b>56,74</b>	<b>388.216</b>	<b>64,75</b>	<b>599.547</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

A população de não migrante da RMC representa 388.216 pessoas ou 64,75%. Em nível municipal, Jardim apresenta o maior percentual de não migrante (84,89%), seguido por Santana do Cariri (78,42%) e Farias Brito (74,86%).

No tocante ao fluxo de imigrantes que se dirigiram para a RMC, entre 2005/2010, 56,74% são imigrantes não naturais (ou 8.615) e 43,26% imigrantes de retorno (ou 6.568). Em nível municipal, Juazeiro do Norte (29,88%) e Crato (13,71%) foram os principais destinos dos não naturais. Em relação aos municípios de destino dos retornados, a tendência é a mesma observada para o não natural, a saber: Juazeiro do Norte (14,6%) e Crato (9,86%) se destacam em termos de atratividade.

<sup>1</sup> Dado o pouco espaço, a metodologia e as fórmulas foram omitidas do trabalho.

Esse resultado está associado à concentração de investimentos nos mais diversos ramos nesses municípios, com destaque para o comércio varejista, produção de calçados, romarias, serviços hospitalares, universidades e áreas de lazer.

Quanto aos atributos sociodemográficos dos imigrantes (retornados e não naturais) e não migrantes ocupados no trabalho principal na RMC, a Tabela 2 aponta que a população masculina prevalece sobre a feminina para as três categorias em estudo. No interregno 2005/2010, 62,58% dos imigrantes não naturais são homens, 62,27% retornados e 60,56% não migrantes. O baixo volume de mulheres migrantes se explica pelo processo migratório tardio em relação ao masculino, bem como a proporção de homens na posição de chefe de família ser maior, favorecendo o fluxo destes em relação ao delas (FUSCO, 2000).

**Tabela 2 - Atributos sociodemográficos dos imigrantes (retornado e não natural) e não migrantes ocupados no trabalho principal na RMC – 2005/2010**

Atributos Sociodemográficos			
Sexo	Retornado	Não natural	Não migrante
Masculino	62,27	62,84	60,56
Feminino	37,73	37,16	39,44
Grupos de idade			
10 a 14	0,84	2,16	2,41
15 a 24	16,67	25,39	26,58
25 a 39	54,38	48,95	42,48
40 a 49	19,44	15,48	15,98
50 a 59	7,13	5,18	8,49
60 ou mais	1,54	2,83	4,05
Nível de instrução			
Sem instrução e fund. incomp.	40,38	31,7	42,69
Fund. compl. e médio incomp.	21,74	18,6	18,72
Médio compl. e sup. incomp.	28,43	35,96	31,35
Superior completo	9,45	13,75	7,24
Raça/Cor			
Branca	35,86	37,65	26,18
Preta	6,08	5,67	6,99
Amarela	2,84	0,59	1,23
Parda	53,88	55,7	65,48
Indígena	1,34	0,4	0,13
Estado civil			
Solteiro (a)	49,13	49,49	51,7
Casado (a)	43,55	42,83	42,64
Desq.(a)/Div.(a)/Sep.(a)	5,45	6,07	4,00
Viúvo (a)	1,87	1,61	1,66
Filho (a)s			
Sem filho (a)s	32,06	47,58	38,15
Com filho (a)s	67,94	52,42	61,85

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

No que concerne à faixa etária, os três grupos se destacam na idade de 25 a 39 anos, apresentando os retornados percentuais mais elevados (54,38%) quando comparados aos não naturais (48,95%) e não migrante (42,48%). A concentração de trabalhadores nessa faixa etária decorre da maior demanda do mercado, que busca aquele com maior vigor físico, ou aqueles que tenham completado o ensino médio ou superior. Ademais, esse resultado para os retornados deve-se aos efeitos dos vínculos sociais no local de origem, que condicionam a absorção deles no mercado de trabalho de destino (Dedeca e Cunha, 2004) e experiência adquirida em outras Unidades da Federação, com mercado de trabalho mais exigente e seletivo (QUEIROZ, 2013).

Os jovens de 15 a 24 anos estão em segunda posição, com 26,58% de não migrantes, 25,39% de não naturais e 16,67% de retornados. A concentração de não migrantes deve-se à falta de

experiência, em virtude de não sentirem-se seguros em novas situações e optarem por não migrar (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005).

Em relação aos migrantes com ciclo vital mais avançado, 65 anos ou mais, constata-se maior participação de não migrantes (4,05%) em relação ao não natural (2,83%) e ao retornado (1,54%). Como essa população, em geral, se compõe de aposentados, ela migra menos, opta por uma vida mais tranquila, com qualidade de vida oferecida pelas cidades do interior e pelos familiares (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005; JACINTO; RAMOS, 2010).

Com relação ao nível de instrução, 42,69% dos não migrantes detêm o menor nível de escolaridade (sem instrução e fundamental incompleto), seguido pelo retornado (40,38%) e o não natural (31,70%). Esse resultado pode estar relacionado ao fato de os indivíduos que saíram/emigraram haverem se especializado em outros locais devido às exigências do mercado de trabalho metropolitano e urbano (Queiroz, 2013). Os que permaneceram no local de nascimento, dada a menor exigência do ingresso em postos de trabalho na RMC e/ou falta de oportunidade, se instruíram menos.

No tocante ao nível educacional intermediário (médio completo e superior incompleto), o não natural sobressai com 35,96%, contra 31,35% de não migrantes e 28,43% de retornados. Quanto ao grau de instrução mais elevado (superior completo), o não natural está em melhor posição (13,75%), contra 9,45% dos retornados e 7,24% de não migrantes.

A maior participação do não natural com escolaridade mais elevada mostra que o imigrante que chega à RMC é provido de maior capital humano e, possivelmente, terá maiores chances de ingressar nos postos de trabalho com maior projeção social e econômica. Os retornados se encontram em condição intermediária, em relação àqueles que permaneceram no local de origem, mas comparados aos migrantes não naturais e/ou progressivos são negativamente selecionados no que diz respeito à educação (NEKBY 2006; QUEIROZ; MOREIRA, 2008), sugerindo que migrar proporciona ao indivíduo aumento no capital humano (SOUZA; VALLE SILVA, 1984; QUEIROZ; RAMALHO, 2011; FERREIRA 2012; QUEIROZ, 2013).

Referente à raça/cor, a população parda sobressai em relação às demais categorias, com 65,48% de não migrantes, contra 55,7% de não naturais e 53,88% de retornados. Os brancos estão em segunda posição, sendo 37,65% não naturais, 35,86% retornados e 26,18% não migrantes. Quanto às outras etnias (preta, amarela e indígena), elas apresentam baixa participação. A predominância de pardos e brancos na RMC, em parte, se relaciona às relações históricas do estado, nas quais “o número de pretos residentes no Ceará sempre foi baixo<sup>2</sup>” (QUEIROZ, 2013, p. 190).

Quanto ao estado civil, a Tabela 2 mostra maior volume de solteiros, com predominância de não migrante (51,7%) sobre o não natural (49,49%) e o retornado (49,13%). Os casados ocupam a segunda posição, sendo 43,55% de retornados, 42,83% de não naturais e 42,64% de não migrantes. A diminuição de solteiros e o aumento de casados na categoria de retornados refletem a saída de emigrantes sozinhos, que no local de destino formam família, “seja para espantar a solidão ou por afinidade” (HIRANO, 2005).

Os separados, desquitados e divorciados apresentam participação pouco significativa, sendo 6,07% do grupo de não naturais, contra 5,45% de retornados e 4% de não migrantes. Quanto à desintegração da família, mediante a perda do cônjuge, viúvo(a), o retornado (1,87%) predomina sobre o não migrante (1,66%) e o não natural (1,61%).

Em relação ao grupo de migrantes com filhos a maior parte é composta por retornados (67,94%), contra 61,85% de não migrantes e 52,42% de não naturais. Essa característica desperta no migrante o estímulo de realizar seus objetivos, seja em benefício próprio ou familiar. Os filhos aumentam a prioridade e/ou obrigações de dispersão entre o chefe de família com cônjuge e/ou filhos (HIRANO, 2005).

---

<sup>2</sup> Maiores detalhes veja Queiroz (2013).

## 4.2. Atributos ocupacionais e rendimento

Com relação à ocupação no trabalho principal, conforme a Tabela 3, em 2010, a População em Idade Ativa (PIA)<sup>3</sup>, inserida na atividade econômica na RMC, foi de 6.158 retornados, 7.340 não naturais e 301.412 não migrante. No tocante à População Economicamente Ativa (PEA)<sup>4</sup>, 3.508 retornados estavam nessa condição, enquanto não naturais representavam 3.639 pessoas e 139.218 não migrantes.

**Tabela 3 - Distribuição dos ocupados (retornado, não natural e não migrante) no trabalho principal na RMC, segundo trabalho e rendimento –2005/2010**

<b>Trabalho e Rendimento</b>			
<b>Condição de Atividade</b>	<b>Retornado</b>	<b>Não natural</b>	<b>Não migrante</b>
PIA	6.158	7.340	301.412
PEA	3.508	3.639	139.218
PO	2.993	3.228	124.493
PD	515	411	14.725
Taxa de Participação=PEA/PIA	56,97	49,58	46,19
Taxa de Ocupação=PO/PEA	85,32	88,71	89,42
Taxa de Desemprego=PD/PEA	14,68	11,29	10,58
<b>Posição na Ocupação</b>			
a) Empregados			
Com carteira assinada	24,89	36,04	29,50
Mil. e func. púb. Estat.	6,48	4,18	4,83
Sem carteira assinada	38,82	27,49	34,91
b) Conta própria	25,79	25,00	24,01
c) Empregadores	1,24	2,88	1,13
d) Não remunerados	1,84	4,06	3,63
e) Trab. para o próprio cons.	0,94	0,35	2,00
<b>Situação Ocupacional</b>			
Formal	939	1.298	42.736
Informal	1.934	1.705	75.833
Taxa de Formalização	31,37	40,22	34,33
Taxa de Informalidade	64,62	52,49	58,92
<b>Ocupação por Setor de Atividade</b>			
Agropecuária, Silvíc. e Pesca	10,19	6,04	16,09
Indústria Extrativa	0,13	1,15	0,37
Indústria de Transformação	9,69	13,01	14,54
Indústria da Construção	8,55	6,29	7,79
Serviços Industriais de Util. Púb.	0,33	2,01	0,82
Comércio	23,09	28,22	21,73
Serviços	40,83	36,83	30,98
Administração Pública	5,28	3,62	4,67
Atividades mal Definidas	1,90	2,82	3,00
<b>Horas Trabalhadas por Semana</b>			
Menos de 15h	7,05	8,06	8,15
De 15 até 39h	21,82	16,39	20,88
40h ou mais	71,13	75,55	70,98
<b>Faixas Rendimentos em SM</b>			
Até 1SM	66,23	51,23	74,26
+ De 1 a 2SM	17,44	24,29	17,63
+ De 2 a 5SM	10,33	11,39	5,94
+ De 5 a 10SM	4,52	7,00	1,75
+ De 10SM	1,47	6,09	0,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

<sup>3</sup> Indivíduos com 10 anos ou mais de idade. Maiores detalhes veja a seção metodológica.

<sup>4</sup> Indivíduos com 10 anos ou mais de idade ocupados e desempregados. Maiores detalhes veja a seção metodológica.

Quanto à População Ocupada (PO), evidencia-se o seguinte: 2.993 retornados estão inseridos no mercado de trabalho da RMC; a esse número se reúnem 3.228 não naturais e 124.493 não migrantes. No que se refere à População Desempregada (PD)<sup>5</sup>, estavam nessa condição 515 imigrantes retornados, 411 não naturais e 14.725 não migrantes.

Contudo, a Taxa de Participação que representa a oferta de trabalho das pessoas com 10 anos ou mais, inseridas no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, mostra que 56,97% dos retornados estavam nessa condição, superando a participação dos não naturais (49,58%) e dos não migrantes (46,19%). Por sua vez, a Taxa de Ocupação foi menos intensa para os retornados (85,32%), quando comparada aos não naturais (88,71%) e não migrantes (89,42%) que estão em melhor posição.

A justificativa para a maior inserção relativa de não migrantes no mercado trabalho na RMC, em parte, deve-se à manutenção das redes de contato/social no local de nascimento, que facilitam a inserção no mercado de trabalho local (QUEIROZ, 2003).

Em complemento à Taxa de Ocupação, a Taxa de Desemprego da população que permaneceu na RMC mostra-se menor (10,58%) quando comparada ao migrante não natural (11,29%) e notadamente em relação ao migrante de retorno (14,68%). Essa taxa elevada de desemprego para os retornados, em parte, deve-se à falta de laços de amizades ou de contato no local de nascimento, o que é caracterizado como negativo para a sua inserção no mercado de trabalho (MELO, 2014).

No que concerne à posição ocupacional, a Tabela 3 mostra que, na condição de empregados com carteira assinada, o migrante não natural sobressai (36,04%) em relação ao não migrante (29,50%) e aos retornados (24,89%). No tocante aos militares e funcionários públicos, 6,48% dos retornados estão inseridos nessa ocupação, enquanto 4,83% são não migrantes e 4,18% não naturais. No tocante aos que se encontram sem carteira assinada, 38,82% são retornados, 34,91% não migrantes e 27,49% migrantes não naturais.

Para os que atuam por conta própria, o retornado se destaca (25,79%), seguido pelos não naturais (25%) e por último pelos não migrantes (24,01%). A predominância de retornados por conta própria se explica pelos possíveis casos de sucesso no local de destino, em vista dos rendimentos adquiridos/poupados no destino, eles investem no local de nascimento e optam por se inserir/ocupar-se no mercado informal, como autônomo (DUSTMANN; KIRCHKAMP, 2002; COULON; PIRACHA, 2003; MOREIRA; RAMALHO, 2006).

Quanto aos empregadores, somente 1,13% dos não migrantes estão nessa condição; os retornados representam 1,24%, sendo superados pela categoria de não naturais (2,88%). A seletividade quanto ao empreendedorismo mostra que o não natural destaca-se com a maior participação, fato relacionado às melhores experiências não observáveis, como também à circunstância de possuir maior nível de instrução (Tabela 2) e/ou rendimento/capital para investir (QUEIROZ; MOREIRA, 2008). Por sua vez, o regressado, quando comparado ao não migrante, ao emigrar adquire experiências e rendimentos no destino, e ao retornar resolve investir no lugar de nascimento, fazendo parte de um evento planejado (DUSTMANN; KIRCHKAMP, 2002).

Ademais, os retornados mostram uma participação de 1,84% na posição de não remunerados, contra 3,63% de não migrantes e 4,06% de não naturais. A menor participação de retornados nessa condição está associada à maior participação dessa categoria de migrante como trabalhador por conta própria, “que lhes permite contar com um rendimento mensal” (QUEIROZ, 2013, p.202). Com relação aos trabalhadores na produção para o próprio consumo, por essa atividade ser mais comum em áreas não urbanas, a categoria de não migrante apresenta o maior número (2%), enquanto os retornados são de 0,94%, e não naturais 0,35%.

Tais resultados mostram, a princípio, que o migrante não natural está mais bem inserido no mercado de trabalho da RMC, o não migrante encontra-se numa condição intermediária e o retornado em pior situação. Todavia, esses resultados não são suficientes para concluir essa afirmação. Assim sendo, outras variáveis serão analisadas para dar maior robustez ao estudo.

---

<sup>5</sup> Indivíduos com 10 anos ou mais de idade, que declararam estar desocupados, mas procuraram emprego nos últimos trinta dias anteriores à pesquisa do Censo Demográfico.

Quanto à Taxa de Formalização (Tabela 3), 31,37% dos retornados estão nessa situação, contra 34,33% dos não migrantes e 40,22% dos não naturais. Por sua vez, no tocante à Taxa de Informalidade, o retornado se destaca com 64,62%, enquanto 58,92% são não migrantes e 52,49% não naturais.

Com relação ao setor de atividade econômica, em 2010, o principal seguimento que liderou no mercado de trabalho na RMC foi o de serviços, para as três categorias em análise. O retornado apresenta maior inserção (40,83%), contra 36,83% de não naturais e 30,98% de não migrantes.

O comércio se destaca na segunda posição, em que os retornados mostraram participação intermediária (23,09%), superada pelos não naturais (28,22%) e, por último, pelos não migrantes (21,73%). A explicação está no aumento de postos de trabalho no Ceará e na RMC, com predominância dos setores de serviços e comércio (COSTA, 2009).

No tocante à agropecuária, silvicultura e pesca, os não migrantes mostraram-se mais presente nessa ocupação (16,09%), contra 10,19% de retornados e 6,04% de não naturais. Isso se deve ao fato de os imigrantes (retornados e não naturais) estarem mais propícios a se inserir em atividades dos setores secundário e terciário (GOLGHER, 2006).

Os setores das indústrias (extrativa e serviços industriais de utilidade pública) apresentam pouca variação relativa entre as três categorias em estudo. Contudo, na extrativista, o migrante não natural apresenta maior participação (1,15%), enquanto 0,37% são não migrantes e 0,13% retornados. Por conseguinte, chama a atenção os serviços industriais de utilidade pública, uma vez que eles seguem a mesma ordem de participação.

No que diz respeito à indústria de transformação, ela está na quarta posição, sendo que 14,54% são não migrantes, seguidos por 13,01% de não naturais e 9,69% de retornados. A maior absorção de não migrantes está relacionada aos segmentos das indústrias (alimentos e calçados) instaladas no Ceará e na RMC, que exigem pouca qualificação para atuar no processo produtivo (Queiroz, 2013), e também graças aos contatos no local de nascimento.

Por sua vez, a construção civil mostrou inserção de 8,55% de retornados, contra 7,79% de não migrantes e 6,29% de não naturais. Eis a explicação: a RMC segue expandindo-se nos variados empreendimentos imobiliários, cujo crescimento é motivado em parte “pela melhoria da infraestrutura básica, bem como pela modernização dos meios de comunicações.” (DIAS, 2012, p. 57). Por sua vez, a inserção dos retornados está relacionada ao nível de aptidão adquirida no processo migratório, em que se constata que as atividades urbanas prevaleceram para aqueles regressados ao local de nascimento (MELO, 2014)

Em relação à administração pública, há poucos inseridos nesse tipo de atividade, a saber: 5,28% são retornados, seguidos pelos não migrantes (4,67%) e, por último, pelos não naturais (3,62%). Na maioria dos casos, esses resultados são distribuídos conforme o nível de instrução dos indivíduos (QUEIROZ, 2013).

Esses resultados mostram que o retornado está em melhor condição ocupacional quando comparado ao não migrante, embora esteja em situação inferior ao migrante não natural. Entretanto, na busca de evidências mais concretas para ratificar ou não tais achados, serão averiguadas as horas trabalhadas e o rendimento das categorias abordadas.

Conforme a Tabela 3, no que tange à quantidade de horas trabalhadas por semana, em 2010, poucos se ocupam por menos de 15 horas por semana. Os que atuam entre 15 até 39 horas representam 21,82% de retornados, 20,88% de não migrantes e 16,39% de não naturais. Portanto, a maior concentração de trabalhadores é com 40h ou mais semanais, em que os não naturais se destacam com 75,55%, contra 71,13% de retornados e 70,98% de não migrantes. “Isso indica, por um lado, uma situação de exploração, dada a exposição da jornada excessiva, por outro, o estado da precarização de mão de obra migrante.” (CAVALCANTE; OLIVEIRA; TONHATI, 2015, p. 59).

No que diz respeito à faixa de rendimento, a maioria dos imigrantes (retornados e não naturais) e não migrantes auferem baixos salários, com 74,26% de não migrante ocupados na atividade principal recebendo até um salário mínimo, seguidos por 66,23% de retornados e 51,23% de não naturais. Por conseguinte, nota-se que, nas faixas de rendimentos intermediárias (+ de 1 a 2 SM e + de 2 a 5 SM), há uma reversão quanto aos ganhos, os não naturais passam a predominar com 35,68%,

contra 27,77% de retornados e 23,57% de não migrantes. Para aqueles que ganham acima de 5 salários, os não naturais novamente são maioria relativa (13,09%) e representam mais que o dobro dos retornados (5,99%) e cinco vezes mais (2,17%) em relação aos não migrantes.

Esse resultado favorável ao migrante não natural deve-se às experiências progressas adquiridas em um mercado de trabalho mais desenvolvido e seletivo. Quanto à condição intermediária do retornado, ela decorre do fato de os atributos possuídos não serem suficientes para condicionar a uma ocupação positiva no mercado frente ao não natural da RMC (Queiroz, 2013), mas favorável em relação ao não migrante que apresenta o pior rendimento e a menor escolaridade.

Portanto, os achados sobre o perfil sociodemográfico, ocupacional e rendimento das três categorias em estudo evidenciam seleção positiva para os imigrantes retornados para a RMC em relação aos que nunca saíram/emigraram. Todavia, comparado com o imigrante não natural da RMC, o retornado é negativamente selecionado, ao ocupar o segundo posto no que diz respeito à escolaridade, ocupação e rendimento.

## 5. Conclusões

O principal objetivo deste estudo foi identificar a seletividade dos inseridos no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Cariri (RMC), a partir de três categorias de análise: imigrante de retorno, imigrante não natural e não migrante. Ademais, foi traçado e comparado o perfil dos grupos populacionais em análise, através de características diretamente observáveis (sociodemográficas, ocupacionais e de rendimento).

No que concerne aos atributos sociodemográficos dos imigrantes (retornado e não natural) e não migrantes inseridos no mercado de trabalho na RMC, constatam-se semelhanças entre as categorias, com a maioria do sexo masculino, idade entre 25 e 39 anos, pardo, com filhos, solteiro e com menos de oito anos de estudo (retornado e não migrante) ou de onze a quatorze anos de escolaridade (não natural),

Quanto ao perfil ocupacional, os retornados e não migrantes, em sua maioria, são trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, enquanto o não natural atua em segmentos com carteira assinada. Em geral, os imigrantes (retornados e não naturais) estão ocupados nos setores de serviços e comércio, enquanto o não migrante, sobretudo, na agropecuária, silvicultura, pesca e indústria de transformação. É válido ressaltar que as três categorias trabalham em média 40h ou mais semanais e recebem, em sua maioria, 1 salário mínimo.

Contudo, a participação relativa do não migrante na menor faixa de rendimento (até 1 SM) em estudo é significativamente maior em relação ao imigrante de retorno e, em especial, ao imigrante não natural. Sendo assim, nas faixas de rendimento mais elevadas, a participação do não migrante é menor quando comparada ao retornado e ao não natural.

Portanto, é evidenciada seleção positiva para o imigrante de retorno em relação ao não migrante e negativa em relação ao imigrante não natural da RMC. Isso porque o retornado tem melhor nível educacional e auferir maior rendimento que o diferencial dos não migrantes, embora, quando comparado ao imigrante não natural, seja negativamente selecionado, uma vez que esse grupo de migrante procede de regiões mais desenvolvidas do país, sendo dotado de maior escolaridade/experiência e, ao inserir-se no mercado de trabalho da RMC, ocupa postos com maior projeção social e auferir melhores rendimentos em relação às duas categorias populacionais analisadas.

Em linhas gerais, os resultados para a Região Metropolitana do Cariri (RMC) são positivos, ao atrair imigrantes (retornado e não natural) com melhor qualificação profissional/educacional, que trazem e transmitem conhecimentos, ratificando outros estudos acerca da seletividade no mercado de trabalho.

Desse modo, este estudo avançou ao analisar a seletividade do migrante no mercado de trabalho na RMC. No entanto, outras pesquisas podem contribuir com uma análise temporal mais longínqua, outras categorias populacionais, bem como em termos espaciais, a partir da análise mesorregional, microrregional e em nível municipal, bem como de fluxos migratórios procedentes de

áreas geográficas próximas do Ceará (Maranhão, Piauí, e Pernambuco) que, tradicionalmente, além do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, apresentam expressivo fluxo migratório com o Ceará.

## Referências

- BORJAS, G.; BRATSBERG, B. Who leaves? The outmigration of the foreign-born. *The Review of Economics and Statistics*, v. 87, n. 1, p. 165-176, 1996.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília, v. 1, n. 2, p. 1-174, 2015.
- CEARÁ. *Lei Complementar Nº 78*. In: Diário Oficial Do Estado Do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009. Série 3, Ano I. Nº 121, 2009.
- CHISWICK, B. Are immigrants favorably self-selected? *American Economic Review*, v. 89, n. 2, p. 52-76, 1999.
- COSTA, M. O. *Emprego formal no Ceará: um enfoque regional* – Fortaleza: IDT, p. 97, 2009.
- COULON, A.; PIRACHA, M. *Self-selection and the performance of return migrants: the source country perspective*. 2003. 35f. Monograph (Discussion paper). Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science, London, 2003.
- DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da RMSP. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 49-66, 2004.
- DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. Sensos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. *Revista da ABET*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 30-60, 2003.
- DIAS, A. S. *Região Caririense: turismo religioso e manifestações culturais na festa do pau sagrado de Santo Antônio de Barbalha*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO), Fortaleza-CE, 2012.
- DUSTMANN, C. Return migration, wage differentials and the optimal migration duration. *European Economic Review*, v. 47, n. 2, p. 353-369, 2003.
- DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. The optimal migration duration and activity choice after re migration. *Journal of Development Economics*. v. 67, n. 2, p. 351-372, 2002.
- FERREIRA, A. A. *Ensaio Sobre a Migração de Retorno Interestadual no Brasil*. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba, 2012.
- FREGUGLIA, R. S.; PROCÓPIO, T. S. Efeitos da Mudança de Emprego e da Migração Interestadual Sobre os Salários no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, v. 43, n. 2, p. 255-278, 2013.
- FUSCO, W. Diferenciais por Sexo nas Migrações Internacionais. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*, 2000, Caxambú - MG. 2000.
- GOLGHER, A. B. *Diagnóstico do Processo Migratório no Brasil: comparação entre o não migrante e migrante*. Fortaleza, 2006. (Texto para Discussão, n. 282)

- GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. *As migrações inter-regionais urbanas e o crescimento econômico do Brasil. Migração interna*. Textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 733-778.
- HIRANO, F. Y. *O Caminho para Casa: O retorno dos Dekassueguis*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Demografia), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2005.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011.
- JACINTO, A. R.; RAMOS, P. N. Movimentos Migratórios Regionais do Interior Português: Quem saiu e Quem entrou? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n. 24, p. 71-85, 2010.
- JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M. Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil: o perfil do migrante interno brasileiro. *Revista ABET*, v. 8, n. 1, p. 125-144, 2009.
- LACERDA, A. C. K. *Migração e seletividade no mercado de trabalho de fortaleza*. 2005. (Texto para discussão, n. 18)
- LEE, E. S. Theory on migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.
- MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. A migração interna e seletividade: Uma aplicação para o Brasil. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia da Anpec*, 2011, Foz do Iguaçu, Paraná, 2011.
- MELO, M. N. M. *Migração de Retorno: Distribuição Espacial e Dinâmica Econômica no Estado de Pernambuco*. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2014.
- NEKBY, L. The Emigration of Immigrants, return vs onward migration: evidence from Sweden. *Journal of Population Economics*. n. 19, p. 197-220, 2006.
- OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste: Padrões etários, por sexo origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.
- PUNGAS, E.; TOOMET, O.; TAMMARU, T.; ANNISTE, K. *Are better educated migrants returning?* Evidence from multi-dimensional education data. Department of Economics, University College London, 2012. (Discussion Paper, n. 2012018)
- QUEIROZ, S. N. *Migração para o Ceará nos anos 90*. 2003. 120f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Paraíba, UFPB-CME, 2003.
- QUEIROZ, S. N. *Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense*. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP/IFHC, 2013.
- QUEIROZ, S. N.; MOREIRA, I. T. Análise comparativa entre o perfil do migrante de retorno e o não natural do estado do Ceará. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, v. 1, p. 2-17, 2008.
- QUEIROZ, V. S.; RAMALHO, H. M. B. Migração interestadual de retorno e autoseleção: evidências para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)*, v. 41, n. 3, p. 369-396, 2011.

- RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M. Capital humano e retorno à migração: o caso da migração rural-urbana no Nordeste do Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 343-364, 2007.
- RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M.; MOREIRA, I. T. Migração e Seleção: evidências para o Brasil metropolitano. In: *Anais do X Encontro de economia Regional da Anpec*, Fortaleza, 2006.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Societv.*, v. 48, p. 167-235, 1885.
- RIOSMENA, F.; MASSEY, D. S. Una comparación de los determinantes de la migración de retorno de Latino americanos en los Estados Unidos. In: *Anais do I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP*. Caxambú- MG, 2004
- SANTOS JUNIOR, E. R. *Migração e Seleção: o caso do Brasil*. 2002. 56f. Dissertação (Mestrado em Economia). Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE) Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Rev. Educação & Realidade*. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SHUMWAY, J. M.; HALL, G. Self-Selection, Earnings and Chicano Migration: Differences between Return and Onward Migrants. *International Migration Review*, v. 30, n. 4, p. 979-994, 1996.
- SIQUEIRA, L. B. O.; MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO, R. M. Migração de Retorno e Migração Progressiva no Brasil: Evidências a partir do Critério de data fixa do Censo 2000. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)*, v. 05, n. 1, p. 44-60, 2011.
- SOUZA, J.; BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. *A análise de coortes de imigrantes: Um exercício metodológico na tentativa de se avaliar a seletividade de reemigração*. In: *Anais do II Encontro Nacional de Migração, ABEP*, 1999.
- SOUZA. A. M.; VALLE SILVA, N. Mobilidade intersetorial e homogeneidade do setor informal: O caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 38, n. 4, p. 327-356, 1984.
- VADEAN, F.; PIRACHA, M. *Circular migration or permanent return: what determines different forms of migration? Institute for the Study of Labor (IZA)*, 2009. (IZA Discussion Papers, n. 4.287).
- VANDERKAMP, J. Migration flows, their determinants and the effects of return Migration. *The Journal of Political Economy*, v. 79, n. 5, p. 1012-1031, 1971.
- ZHAO, Y. Causes and consequences of return migration: recent evidence from China. *Journal of Comparative Economics*, v. 30, n. 2, p. 376-394, 2002.